SOCIEDADE GESTORA
DOS FUNDOS DE PENSÕES
DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

2014

ÍNDICE

I. Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. 03

II. Composição dos Órgãos Sociais 04

III. Relatório do Conselho de Administração 05

1. Atividade Desenvolvida em 2014 05
2. Carteira de Ativos da Sociedade Gestora 06
3. Situação Patrimonial 14
4. Gestão de Risco 15
5. Compliance 16
6. Situação Perante a Segurança Social e o Estado 16
7. Proposta de Aplicação de Resultados 16
8. Nota Final 17

IV. Demonstrações Financeiras 18

Balanço 19
Demonstração dos Resultados por Naturezas 20
Demonstração das Alterações no Capital Próprio 21
Demonstração dos Fluxos de Caixa 23
Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados 24
Certificação Legal de Contas 49
Parecer do Fiscal Único 51

Dados sobre a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de junho de 1988, tendo por objeto a gestão dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus acionistas:

- O Banco de Portugal, com uma participação que, a 31 de dezembro de 2014, correspondia a 97,82% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido, com uma participação que, no seu conjunto, correspondia, na mesma data, a 2,18% do capital.

A sua Sede e os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2014:

- O Ativo da Sociedade ascendia a 3.337.414,68 euros;
- O Capital Próprio da Sociedade ascendia a 3.145.042,47 euros;
- O valor global dos Fundos de Pensões sob gestão fixou-se em 1.643.041.784,96 euros, correspondendo 1.637.796.138,59 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido e 5.245.646,37 euros ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida.

II Composição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Armando da Silva Couto
Secretário	Hernâni Fontoura Pires

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Administrador	Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Administrador Delegado	Joaquim Martinez da Silva
Fiscal Único	KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes
Suplente do Fiscal Único	Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

III Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao período de 2014.

1 ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2014

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. é a entidade responsável pela gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido (FPBD) e do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (FPCD).

Compete igualmente a esta Sociedade a elaboração das avaliações atuariais relativas ao cálculo das responsabilidades inerentes aos planos de benefícios e aos encargos financiados pelo FPBD.

Em 2014, o FPBD passou a incluir um plano de benefícios de saúde, para além do plano de pensões, para assumir as responsabilidades com o pagamento de comparticipações em despesas de saúde no período pós-emprego dos empregados do Banco de Portugal. Paralelamente, foram ainda integradas no Plano de Pensões as responsabilidades com um conjunto de pensões em pagamento até então assumidas diretamente pelo Banco. Mereceu ainda destaque o reforço do grau de prudência subjacente aos pressupostos de avaliação das responsabilidades do Fundo.

No que respeita à gestão do FPCD, assume destaque o crescimento do número de participantes – de 391 no final de 2013 para 486 no final de 2014, que traduz a opção generalizada dos novos colaboradores do Banco de Portugal pela adesão a este Fundo.

Como forma de mitigação dos riscos de crédito e de mercado, manteve-se, em 2014, a disponibilização aos participantes da possibilidade de escolha entre uma carteira exclusivamente constituída por instrumentos de taxa de juro com maturidade até 3 anos e uma carteira constituída por instrumentos de taxa de juro com maturidade até 3 anos e ações. A estabilização progressiva dos mercados financeiros em geral e obrigacionistas em particular permitirá promover, em 2015, uma alteração da política de investimentos no sentido da implementação da abordagem de ciclo de vida na gestão do Fundo.

De destacar ainda em 2014, com incidência na gestão de ambos os Fundos de Pensões, a consolidação dos processos de continuidade de negócio da Sociedade Gestora, com a conclusão e entrada em produção do Plano de Continuidade de Operações, que tem por objetivo assegurar a execução dos processos operacionais críticos diretamente ligados à gestão dos ativos financeiros. Foi ainda iniciada a instalação de um Centro de Recuperação de Desastres.

2 CARTEIRA DE ATIVOS DA SOCIEDADE GESTORA

Adicionalmente aos dois Fundos de Pensões, a Sociedade Gestora gere uma carteira de ativos própria, cujo valor contabilístico era, em dezembro de 2014, de cerca de 2,6 milhões de euros.

Em 2014 foi efetuada uma revisão da estrutura de governação associada à gestão desta carteira no sentido do aumento da sua eficiência, tendo sido definidas regras e limites de investimento e uma carteira de referência para a gestão.

2.1. ESTRUTURA POR CLASSE DE ATIVO

No último trimestre de 2014, a carteira da Sociedade Gestora, até então apenas constituída por dívida soberana de curto prazo da área do euro e por liquidez, passou a ter uma pequena exposição a fundos de investimento em ações. Em

dezembro de 2014, essa exposição ascendia a 6,9% do valor de mercado da carteira, tendo resultado, na sua totalidade, do investimento em unidades de participação de *Exchange Traded Funds* que replicam o desempenho de índices acionistas de referência. O recurso a este tipo de instrumento permite uma elevada diversificação da exposição ao mercado acionista, promovendo a mitigação do risco específico associado ao investimento direto.

Gráfico 1

Exposição média por classe de ativo em 2014

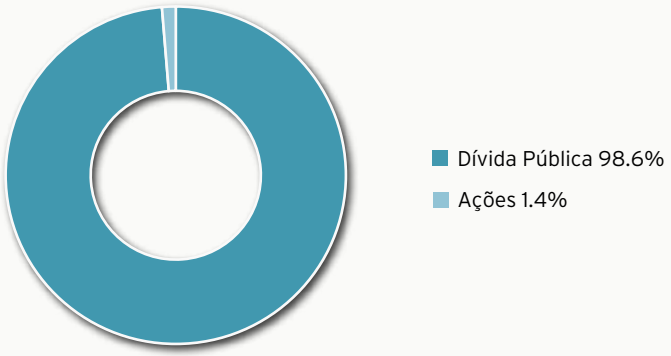


Gráfico 2

Exposição da carteira a fundos de investimento em ações

(% do total da carteira)

2.2 REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA

Tanto a componente obrigacionista como a componente acionista da carteira apresentaram uma elevada diversificação dos investimentos por área geográfica, ainda que a primeira se tenha confinado, à semelhança dos anos anteriores, à área do euro.

Gráfico 3

Exposição média da componente obrigacionista por país em 2014

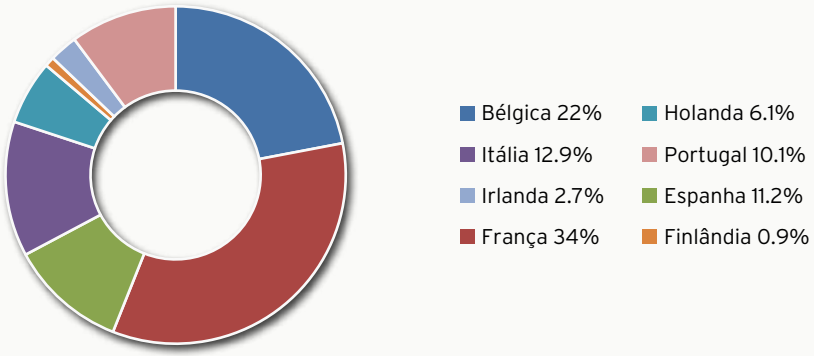
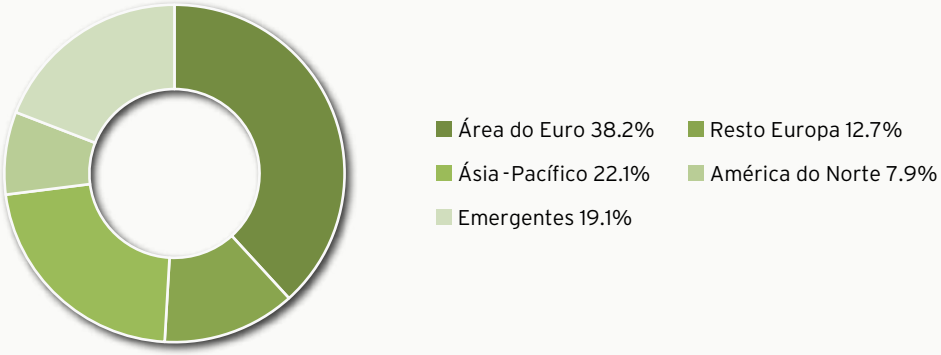


Gráfico 4

Exposição média da componente acionista por área geográfica em 2014



2.3. *VALUE-AT-RISK*

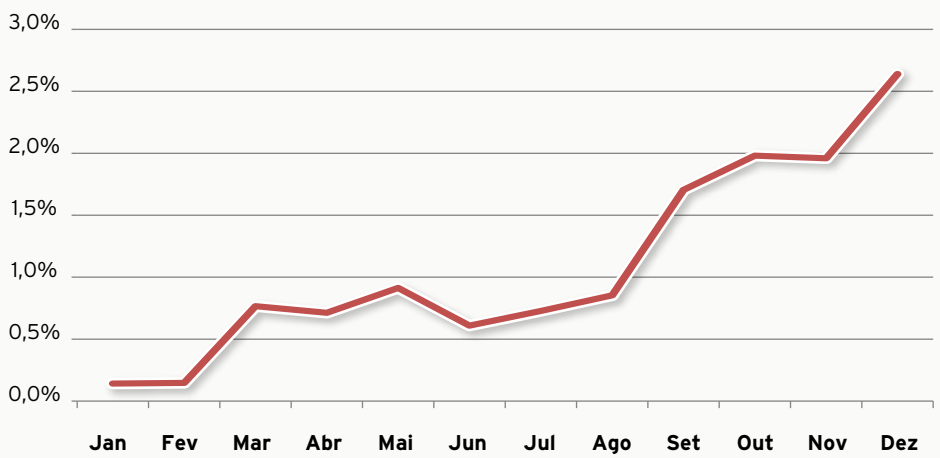
O risco de redução do valor dos ativos decorrente de movimentos de mercado é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 ano para um nível de confiança de 95%.

Esta medida de risco corresponde, em cada momento, à redução do valor dos ativos, em pontos percentuais, no horizonte temporal de 1 ano, que se estima ter uma probabilidade de 5% de ser ultrapassada, no pressuposto de estabilização da composição da carteira.

A evolução do *Value-at-Risk* da carteira ao longo de 2014 refletiu o aumento do prazo de investimento em obrigações e a introdução da componente acionista na carteira.

Gráfico 5

Value-at-Risk anual a 95%



2.4. DURAÇÃO MODIFICADA

O grau de sensibilidade dos ativos a variações de taxas de juro é avaliado com base na duração modificada.

Em 2014, este indicador situou-se, em termos médios, em 0,6, apresentando, a 31 de dezembro, um nível de 1,0, que traduz uma reduzida sensibilidade a variações de taxa de juro.

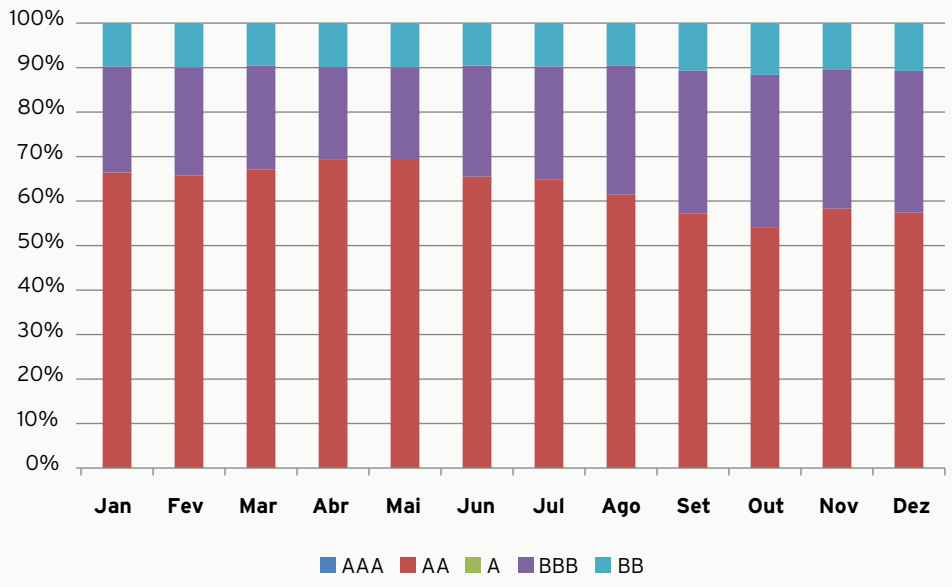
2.5. ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR *RATING*

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas principais agências financeiras internacionais de referência, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

Durante o ano de 2014, a componente obrigacionista da carteira da Sociedade Gestora manteve uma exposição maioritária a emissões com *rating* AA (em média, 63,1% do valor da componente de obrigações).

Gráfico 6

Composição da componente de obrigações por *rating*



2.6. *CREDIT VALUE-AT-RISK* E PROBABILIDADE DE *DEFAULT*

O acompanhamento da exposição da carteira ao risco de crédito é efetuado por recurso ao *Credit Value-at-Risk* (perda máxima expectável, com 95% de confiança, para um dado horizonte temporal, durante o qual se assume que a carteira se mantém inalterada, decorrente de alterações da qualidade creditícia do emitente) da carteira de obrigações e à probabilidade de *default* média da carteira de dívida pública, extraída das cotações dos *Credit Default Swaps*.

O *Credit Value-at-Risk* a 1 ano da componente de obrigações situava-se, a 31 de dezembro, em 0,05%.

A probabilidade de *default* média a 1 ano da componente de dívida pública era, à mesma data, de 0,5%, tendo registado uma ligeira descida ao longo do ano de 2014, em resultado da continuação da reavaliação em baixa, pelos investidores, do risco de crédito atribuído aos emitentes da área do euro, em particular aos percecionados como tendo menor qualidade creditícia.

A probabilidade de *default* média estimada através das cotações dos *credit default swaps* relativos aos vários emitentes em carteira é superior à que resultaria da utilização de dados históricos de *default* compilados pelas agências de *rating*.

2.7. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

O risco cambial incorrido pela Sociedade Gestora resultou maioritariamente da exposição da carteira ao mercado de ações. A percentagem dos ativos da carteira expostos a este risco atingiu um nível médio anual de 0,86%. A 31 de dezembro, essa percentagem era de 5,91%.

Exposição da carteira a risco cambial

	Media 2014	31/12/2014
Libras	0,09%	1,12%
Francos suíços	0,09%	1,06%
Ienes	0,27%	1,02%
Dólares Norte Americanos	0,09%	1,09%
Dólares Canadianos	0,05%	0,56%
Coroas Suecas	0,04%	0,54%
Outras Moedas	0,23%	0,53%
Exposição Total	**0,86%**	**5,91%**

2.8. RENTABILIDADE

Durante o ano de 2014, a carteira de ativos próprios da Sociedade Gestora obteve uma rentabilidade de 0,5%. A componente obrigacionista da carteira apresentou um retorno de 0,3%, tendo-se constatado uma relação positiva entre o risco de crédito percecionado dos emitentes e a rentabilidade alcançada

A componente acionista obteve uma rentabilidade de 4,4%, tendo a América do Norte, a Ásia-Pacífico e a Europa exceto área do euro sido os blocos geográficos que apresentaram *performances* mais elevadas.

Rentabilidade por classe de ativo e zona geográfica da carteira da Sociedade Gestora

Retorno YTD 2014	
Obrigações (Taxa Fixa)	**0,3%**
Bélgica	0,2%
Espanha	0,5%
Finlândia	0,1%
França	0,1%
Holanda	0,2%
Itália	0,6%
Irlanda	0,1%
Portugal	0,8%
Ações	**4,4%**
Área do Euro	1,7%
América do Norte	7,4%
Europa exceto Area do Euro	4,7%
Ásia-Pacífico	6,7%
Emergentes	-0,1%
Total	**0,5%**

3 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A comissão de gestão da Sociedade Gestora manteve-se igual à do ano anterior, no valor de 2.838 milhares de euros.

A evolução da remuneração de gestão, nos últimos quatro anos foi a seguinte:

Período	Valor recebido	Taxa de variação anual
2011	3.222.780,00€	-9,8%
2012	2.839.999,92€	-11,9 %
2013	2.838.000,00€	-0,1 %
2014	2.838.000,00€	0,0 %

Os encargos com pessoal registaram um ligeiro acréscimo face aos registados em 2013 - 7,9 milhares de euros ou 0,6% - tendo ascendido a 1.296.364,81 euros e representando cerca de 48,9% dos gastos totais.

Os encargos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) aumentaram cerca de 3,6%, face ao ano anterior, para 1.111.737,18 euros. Para este acréscimo contribuiu, entre outros fatores, o início da implementação do Plano de Continuidade de Negócios da Sociedade Gestora.

A gestão criteriosa de investimentos em imobilizado contribuiu para uma diminuição do valor das amortizações, face ao exercício de 2013, em 34,3%, tendo as mesmas atingido 74.786,47 euros. A aquisição de equipamentos de suporte ao Plano de Continuidade de Negócios apenas foi efetuada no final do exercício, não tendo ainda impacto significativo nas amortizações.

A rubrica de Outros Gastos e Perdas regista um acréscimo significativo, face a 2013, devido ao pagamento das taxas de supervisão, que incidem sobre o montante das contribuições recebidas pelos Fundos de Pensões.

O ativo da Sociedade Gestora em 2014 ascendia a 3.337.414,68 euros, o que representa a um aumento de 3,9%.

Os ativos financeiros detidos para negociação continuam a ter um elevado relevo na estrutura financeira da Sociedade Gestora, ascendendo no final do exercício a 2.593.374,27 euros, representando cerca de 77,7% do ativo.

A cobertura do ativo pelos capitais próprios representava, no final do exercício, um rácio de 94,4%, evidenciando a solidez financeira da Sociedade Gestora.

Os resultados líquidos e os capitais próprios situaram-se em 162.458,44 euros e 3.145.042,47 euros, respetivamente, pelo que a margem de solvência da Sociedade Gestora, no final de período, apresentava um nível de cobertura de 135,11%.

4 GESTÃO DE RISCO

A avaliação e controlo dos riscos associados à atividade desenvolvida assumem particular relevo no funcionamento da Sociedade Gestora. Esta função é assegurada por uma unidade de estrutura autónoma, responsável pela definição e monitorização dos níveis de tolerância da organização ao risco, nas suas diferentes vertentes. Na vertente financeira, este objetivo é assegurado através da definição de uma política de investimentos e do acompanhamento do seu cumprimento e da evolução de indicadores de risco de referência. Na vertente operacional, a função de gestão de riscos tem como missão o desenvolvimento e atualização permanente, em conjunto com as restantes unidades de estrutura, do sistema de gestão de risco e controlo interno da Sociedade Gestora, ferramenta através da qual se procede à identificação, avaliação e monitorização dos diferentes riscos, bem como à identificação e implementação de ações de mitigação dos mesmos.

No anexo às demonstrações financeiras, que constituem parte integrante do presente relatório de gestão, são descritos os procedimentos em vigor relativos ao controlo de riscos

5 COMPLIANCE

Durante o ano de 2014, a função "*Compliance*" teve como missão contribuir para a prevenção e a mitigação dos riscos de perda de reputação em consequência da falha no cumprimento das leis, dos regulamentos, do código de conduta e das boas práticas, e de sanções legais ou regulatórias. Promoveu-se o respeito dos Colaboradores por todo o normativo em vigor e manteve-se o acompanhamento e divulgação da legislação aplicável aos Fundos de Pensões e garantiu-se o seu cumprimento.

No âmbito das medidas de prevenção do branqueamento de capitais, manteve-se o procedimento de realizar negócios com contrapartes financeiras com qualidade creditícia reconhecida internacionalmente, e manteve-se o processo de identificação das contrapartes de imobiliário, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 25/2008 de 5 de junho.

6 SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O ESTADO

Nos termos do decreto-lei nº 411/91 de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade Gestora não têm dívidas à Segurança Social ou ao Estado.

7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que o resultado líquido do período da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi de 162.458,44 euros, propõe-se a seguinte aplicação do mesmo:

Reserva legal: 8.122,92 euros
Reservas livres: 154.335,52 euros

8 NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do período de 2014, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a atividade da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e a dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Presidente
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Administrador
Hélder Manuel Sebastião Rosalino

Administrador Delegado
Joaquim Martinez da Silva

IV Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo ao Balanço e às Demonstrações de Resultados
- Certificação Legal das Contas
- Parecer do Fiscal Único

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2014

RUBRICAS	Notas	31/Dec/14	31/Dec/13
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	248.441,97	192.029,64
Ativos Intangíveis	7	13.168,08	25.680,56
		261.610,05	**217.710,20**
Ativo Corrente			
Estado e outros entes públicos	10	6.725,69	0,00
Outras contas a receber	11	136.101,54	83.362,44
Diferimentos	12	257.845,22	232.324,51
Ativos financeiros detidos para negociação	13	2.612.434,10	2.586.008,93
Caixa e depósitos bancários	4	62.698,08	93.619,88
		3.075.804,63	**2.995.315,76**
TOTAL DO ATIVO		**3.337.414,68**	**3.213.025,96**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas Legais		156.516,67	146.079,15
Outras reservas		1.826.067,36	1.627.754,49
Resultado líquido do período		162.458,44	208.750,39
Total do Capital Próprio	8	**3.145.042,47**	**2.982.584,03**
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	40.336,77	139.911,95
Estado e outros entes públicos	10	39.374,85	60.732,21
Outras contas a Pagar	11	109.155,09	29.797,77
Diferimentos	12	3.505,50	0,00
		192.372,21	**230.441,93**
Total do Passivo		**192.372,21**	**230.441,93**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**3.337.414,68**	**3.213.025,96**

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/Dec/14	31/Dec/13
Vendas e serviços prestados	14	2.838.000,00	2.838.000,00
Fornecimentos e serviços externos	15	-1.111.737,18	-1.073.245,98
Gastos com pessoal	16	-1.296.364,81	-1.288.488,08
Aumentos/Reduções de justo valor	17	1.384,17	4.686,77
Outros rendimentos e ganhos	18	19.800,75	8.655,25
Outros gastos e perdas	19	-161.360,03	-91.520,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		289.722,90	398.086,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	-74.786,47	-113.844,43
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		214.936,43	284.242,54
Juros e gastos similares suportados	21	-13,93	-2,70
Resultado antes de impostos		214.922,50	284.239,84
Imposto sobre rendimento do período	9	-52.464,06	-75.489,45
Resultado líquido do período		**162.458,44**	**208.750,39**

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de dezembro de 2013

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2013	1	1.000.000,00	139.260,00	1.498.190,70	0,00	136.382,94	2.773.833,64	2.773.833,64
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					208.750,39	208.750,39	208.750,39
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						208.750,39	208.750,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições		0,00	6.819,15	129.563,79	0,00	-136.382,94	0,00	0,00
Outras operações								
	5	0,00	6.819,15	129.563,79	0,00	-136.382,94	0,00	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1+2+3+5	1.000.000,00	146.079,15	1.627.754,49	0,00	208.750,39	2.982.584,03	2.982.584,03

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO em 31 de dezembro de 2014

DESCRIÇÃO		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2014	1	1.000.000,00	146.079,15	1.627.754,49	0,00	208.750,39	2.982.584,03	2.982.584,03
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					162.458,44	162.458,44	162.458,44
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						162.458,44	162.458,44
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições		0,00	10.437,52	198.312,87	0,00	-208.750,39	0,00	0,00
Outras operações								
	5	0,00	10.437,52	198.312,87	0,00	-208.750,39	0,00	0,00
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1+2+3+5	1.000.000,00	156.516,67	1.826.067,36	0,00	162.458,44	3.145.042,47	3.145.042,47

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Joaquim Martinez da Silva

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Período findo em 31 de dezembro de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	31/Dec/14	31/Dec/13
Recebimentos de clientes	2.601.500,00	2.658.333,26
Pagamentos a fornecedores	-1.083.390,25	-763.965,60
Pagamentos ao pessoal	-1.083.752,61	-1.161.072,22
Caixa gerada pelas operações	**434.357,14**	**733.295,44**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-118.426,07	-116.153,93
Outros recebimentos/pagamentos	-306.631,41	-258.955,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**9.299,66**	**358.186,28**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-27.188,71	-18.172,75
Ativos intangíveis	0,00	-12.021,84
Investimentos financeiros	-8.448.384,65	-3.918.723,79
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	8.435.112,84	3.487.000,00
Juros e rendimentos similares	7,31	4,63
Dividendos	22,15	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**-40.431,06**	**-461.913,75**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-13,93	-2,70
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	**-13,93**	**-2,70**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**-31.145,33**	**-103.730,17**
Efeito das diferenças de câmbio	**223,53**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período	**93.619,88**	**197.350,05**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**62.698,08**	**93.619,88**

(em Euros)

O Técnico de Contas
Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Hélder Manuel Sebastião Rosalino
Joaquim Martinez da Silva

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

NOTA 1. INTRODUÇÃO

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., ("Sociedade Gestora" ou "Empresa") é uma sociedade anónima, com sede social na Avenida da República nº 57, 7º, em Lisboa, constituída em 3 de julho de 1988, tendo por principal atividade a administração, gestão e representação dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal.

A Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A., é detida em 97,82% pelo Banco de Portugal com sede social na Rua do Comércio nº 148, em Lisboa, sendo o restante capital detido pelos participantes e beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de fundos de pensões, a Sociedade Gestora encontra-se sujeita à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade Gestora é responsável pela gestão dos seguintes fundos:

- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido; e
- Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida.

O Associado dos Fundos acima mencionados é o Banco de Portugal, com quem a Sociedade Gestora estabeleceu os respetivos contratos de gestão.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade Gestora, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, no dia 23 de fevereiro de 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2014 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2013.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

NOTA 3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos ativos financeiros detidos para a negociação ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

NOTA 3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Ativos Fixos Tangíveis

São contabilizados pelo respetivo valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. As depreciações são registadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida. As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil. Os prazos de vida útil esperada são os seguintes:

	Período de vida útil
Equipamento básico	10
Equipamento administrativo: escritório, mobiliário e artigos de decoração e social	3 a 10
Outros ativos tangíveis	10

(em Anos)

Os eventuais ganhos ou perdas provenientes do abate ou da alienação são determinados pela diferença entre os valores efetivamente recebidos e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos nas demonstrações financeiras do período.

Ativos Intangíveis

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre infinitas ou finitas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis infinitas não são amortizados mas, quando aplicável, são testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indicação de que possam estar em imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A Sociedade Gestora não detém ativos intangíveis com vidas infinitas.

A rubrica é composta essencialmente por aplicações informáticas, nomeadamente, programas e licenças, registadas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo todos os encargos necessários para colocar cada aplicação em condições de ser usada pelo utilizador.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo deduzidos de amortizações acumuladas e de perdas por imparidades acumuladas.

O registo das amortizações é efetuado, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada dos ativos, variando no caso das aplicações informáticas entre 3 e 6 anos.

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são calculados tendo por base as diferenças temporárias, entre os montantes ativos e passivos, que resultam da divergência entre os critérios contabilístico e fiscal.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação que, de acordo com toda a informação disponível, se espera que estarão em vigor à data da reversão das referidas diferenças.

Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Outras Contas a Receber

Os valores registados na rubrica de outras contas a receber encontram-se valorizados ao custo, deduzido de imparidades.

Diferimentos Ativos e Passivos

Nesta rubrica estão refletidas transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Estes ativos são adquiridos com o intuito de realização de ganhos, quer tendo por base os rendimentos, quer através da flutuação de valores.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas no momento da transação e são imediatamente reconhecidas ao justo valor.

Os ganhos e as perdas, realizados ou não realizados, decorrentes das alterações ao justo valor, são incluídos nas demonstrações financeiras no período a que respeitem, nas respetivas contas de resultados.

O justo valor dos investimentos é calculado com base em preços de mercado. No caso de títulos cotados, cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeito de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa. Assim, recorre-se a preços utilizados em transações recentes de ativos semelhantes, efetuadas entre partes independentes, bem como à análise do fluxo de caixa descontado.

A valorização de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa, é efetuada através de recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

Os juros e os encargos são registados nas respetivas contas no momento em que é estabelecido o direito ao seu recebimento ou pagamento, respetivamente, exceto no caso dos dividendos, que apenas são registados no momento do seu recebimento efetivo.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de Caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo valor de custo.

Outras Contas a Pagar

As contas a pagar estão mensuradas ao custo.

Reconhecimento de Rendimentos e Gastos

O registo dos rendimentos e gastos é efetuado de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, segundo o qual estes são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos apenas são reconhecidos desde que seja provável que fluam para a Sociedade Gestora os benefícios económicos futuros, associados a cada transação e que a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilístico) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa. A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 23% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 24,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável

que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação. Este prazo é de quatro anos para os prejuízos fiscais reportáveis apurados nos períodos de 2010 e 2011 e seis anos para os períodos de tributação anteriores.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados. Este limite ascende a 75% para os exercícios de 2012 e 2013. (incluir se existir reporte de prejuízos fiscais)

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, (se aplicável - decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa), são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 23 de fevereiro de 2015, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

NOTA 3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação das presentes demonstrações financeiras foram elaboradas estimativas e adotados pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos, passivos, réditos e gastos, bem como os passivos contingentes, se aplicável.

Na elaboração dos pressupostos e das estimativas utilizadas foi considerada a informação disponível até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2015.

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade Gestora e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade Gestora é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que podem existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade Gestora, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade Gestora e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financei-

ras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

A Sociedade Gestora revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento dos testes de imparidade em ativos intangíveis de vida útil indefinida. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro-económicos e os pressupostos do negócio utilizado pela gestão.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Sociedade Gestora.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Sociedade Gestora quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber,

antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade Gestora, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 3.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Não foram identificadas situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade Gestora.

NOTA 3.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZAS DAS ESTIMATIVAS

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

NOTA 4 FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	31/Dec/14	31/Dec/13
Caixa	750,00	750,00
Depósitos à ordem	61.948,08	92.869,88
	62.698,08	**93.619,88**

(em Euros)

NOTA 5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No exercício de 2014, não foram alteradas políticas contabilísticas que afetassem as demonstrações financeiras da Sociedade Gestora nem efetuadas quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

NOTA 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte apresentam-se os movimentos ocorridos na rubrica de ativos fixos tangíveis, incluindo as respetivas depreciações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Valor bruto:				
Equipamento Básico	268.528,96	52.811,94	0,00	321.340,90
Equipamento Administrativo	575.903,25	54.992,91	-179,99	630.716,17
Outros Ativos Tangíveis	81.761,76	10.881,47	0,00	92.643,23
	926.193,97	**118.686,32**	**-179,99**	**1.044.700,30**
Depreciação acumulada e imparidade:				
Equipamento Básico	143.362,69	26.157,61	0,00	169.520,30
Equipamento Administrativo	523.354,91	31.031,19	-179,99	554.206,11
Outros Ativos Tangíveis	67.446,73	5.085,19	0,00	72.531,92
	734.164,33	62.273,99	-179,99	796.258,33
Total	**192.029,64**	**56.412,33**	**0,00**	**248.441,97**

(em Euros)

Os montantes identificados no quadro anterior como diminuições são relativos a abates efetuados no período exercício.

NOTA 7 ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2014, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Valor bruto:				
Programas de Computador	795.011,86	0,00	0,00	795.011,86
	795.011,86	**0,00**	**0,00**	**795.011,86**
Amortização acumulada e imparidade:				
Programas de Computador	769.331,30	12.512,48	0,00	781.843,78
	769.331,30	12.512,48	0,00	781.843,78
Total	**25.680,56**	**-12.512,48**	**0,00**	**13.168,08**

(em Euros)

NOTA 8 CAPITAL PRÓPRIO

O capital social da Sociedade Gestora encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 200.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A lista de acionistas, conforme o estipulado no n.º 4 do art.º 448 do código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

Titularidade	Ações Detidas	%
Banco de Portugal	195.639	97,82%

A variação na estrutura de capitais próprios consta do mapa da demonstração das alterações no capital próprio.

NOTA 9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A taxa efetiva de imposto sobre rendimento de capitais (IRC) em 2014 e 2013 foi a seguinte:

		31 Dez. 2014		31 Dez. 2013
Resultados antes de impostos		214.922,50		284.239,84
Imposto com base na taxa nominal	23,00%	49.432,18	25,00%	71.059,96
Derrama Estadual	1,49%	3.212,09	1,50%	4.272,84
Tributação autónoma	0,00%	-	0,00%	2,68
Outros	-0,08%	-180,21	0,05%	153,97
Imposto registado na conta de ganhos e perdas	**24,41%**	**52.464,06**	**26,56%**	**75.489,45**

(em Euros)

NOTA 10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos detalhados desta rubrica do balanço, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são os seguintes:

	31/Dec/14	31/Dec/13
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
ATIVO CORRENTE		
Imposto sobre o rendimento	6.725,69	0,00
	6.725,69	0,00
PASSIVO CORRENTE		
Imposto sobre o rendimento	0,00	18.461,42
Retenção de Impostos	4.651,41	6.931,65
Imposto sobre o Valor acrescentado	33.945,41	34.527,68
Outros Impostos	84,14	115,33
Contribuições para a Segurança Social	693,89	696,13
	39.374,85	**60.732,21**

(em Euros)

Demonstrações Financeiras

Nos termos da legislação em vigor, a Sociedade Gestora está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), encontrando-se enquadrada como exercendo "Atividades de Gestão de Fundos" - CAE 66300, sujeita ao regime geral de tributação de rendimentos.

Adicionalmente, em cada período de tributação incide ainda uma derrama, sobre o lucro tributável não isento de IRC, fixada pelo Município de Lisboa, até ao valor máximo de 1,5%.

Os registos contabilísticos referidos são efetuados nas demonstrações financeiras do período de acordo com o preconizado pela "NCRF 25 Impostos sobre o Rendimento".

Conforme os termos legais, a Sociedade Gestora procedeu à liquidação por conta deste imposto, nos meses de julho, setembro e dezembro de 2014, no montante total de 59.055,27 euros. A este valor acrescem ainda retenções na fonte, no montante de 134,48 euros, relativas a rendimentos obtidos pela detenção de dívida emitida por entidades residentes.

As declarações fiscais da Sociedade Gestora podem ser revistas e corrigidas, por parte das autoridades fiscais, durante um período de 4 anos, sendo que as declarações da Segurança Social podem ser revistas durante um período de 5 anos. Às declarações revistas e corrigidas aplicam-se as exceções previstas na Lei.

A Administração da Sociedade considera que eventuais correções resultantes de revisões fiscais, aplicáveis aos períodos passíveis de revisão, não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apenas são registados ativos por impostos diferidos se existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

NOTA 11 OUTRAS CONTAS A RECEBER, A PAGAR E DE FORNECEDORES

Estas rubricas decompõem-se essencialmente da seguinte forma:

	31/Dec/14	31/Dec/13
ATIVO CORRENTE		
Banco de Portugal - Associado	135.052,60	82.731,54
Fundo de Garantia e de Resolução	524,72	106,68
Cauções Prestadas	524,22	524,22
	136.101,54	**83.362,44**
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores c/c	40.336,77	139.911,95
Fornecedores de Investimentos	75.659,56	3.425,35
Remunerações a Liquidar	4.719,28	4.719,28
Serviços de Auditoria	9.471,00	13.776,00
FSE a Liquidar	1.005,44	2.587,34
Instituto de Seguros de Portugal	18.299,81	5.289,80
	149.491,86	**169.709,72**

(em Euros)

O valor de 135.052,60 euros registado no ativo, corresponde ao montante da comissão de gestão, líquida dos encargos com o acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro, que apenas foi liquidada pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2015.

O montante de fornecedores regista os respetivos movimentos das contas correntes.

NOTA 12 DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Os gastos a reconhecer estão a ser mensualizados e discriminam-se como segue:

	31/Dec/14	31/Dec/13
ATIVO CORRENTE		
Gastos a Reconhecer		
Equipamento informático e outros	8.399,20	9.593,62
Software e Custos de Manutenção	203.666,59	179.720,48
Assinaturas e Documentação Técnica	847,90	818,51
Seguros	4.030,66	4.010,09
Rendas e Alugueres	40.343,27	37.640,47
Outros	557,60	541,34
	257.845,22	232.324,51
PASSIVO CORRENTE		
Rendimentos a Reconhecer		
Honorários	3.505,50	0,00
	3.505,50	**0,00**

(em Euros)

NOTA 13 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A composição da carteira de títulos, no final do período de 2014, era composta conforme o quadro seguinte:

		31/Dec/14					31/Dec/13
	Moeda	Quantidade	Custo médio	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço	Valor de Balanço
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Bilhetes do Tesouro	EUR	1.050.000,00	1.049.498,03	241,05	0,00	1.049.734,53	2.586.008,93
Títulos do Tesouro	EUR	1.309.000,00	1.368.302,73	-5.647,77	19.059,83	1.381.714,79	0,00
FIM	EUR	7.025,00	174.193,89	6.790,89	0,00	180.984,78	0,00
Total		**2.366.025,00**	**2.591.994,65**	**1.384,17**	**19.059,83**	**2.612.434,10**	**2.586.008,93**

(em Euros)

Demonstrações Financeiras

	31/Dec/14				
	Quantidade	Custo Médio	Valias	Juro Corrido	Valor de Balanço
BILHETES DO TESOURO					
Belgium Treasury Bill 2015/10/15	100.000,00	100.016,73	15,27		100.032,00
Belgium Treasury Bill 2015/11/12	113.000,00	113.014,98	20,05		113.035,03
French Government Bill 2015/01/08	100.000,00	99.866,71	130,29		99.997,00
French Government Bill 2015/02/18	200.000,00	200.021,88	-14,43		200.007,45
French Government Bill 2015/03/18	165.000,00	165.003,84	13,91		165.017,75
French Government Bill 2015/08/20	110.000,00	110.012,57	-0,47		110.012,10
Portuguese Treasury Bill 2015/07/17	262.000,00	261.556,77	76,43		261.633,20
	1.050.000,00	**1.049.493,48**	**241,05**	**0,00**	**1.049.734,53**
TÍTULOS DO TESOURO					
Dutch Government Bond 2017/07/15 4.5 PCT	352.000,00	393.875,22	-1.747,22	7.334,14	399.462,14
French Treasury Bond (B.T.A.N.) 2016/02/25 2.25 PCT	201.000,00	206.706,39	-1.485,39	3.828,64	209.049,64
Spanish Government Bond 2016/04/30 3.25 PCT	362.000,00	376.884,94	-2.757,94	7.897,05	382.024,05
Italian Government CTZ 2016/04/29	394.000,00	390.836,18	342,78		391.178,96
	1.309.000,00	**1.368.302,73**	**-5.647,77**	**19.059,83**	**1.381.714,79**
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO					
ETF - Canada: S&P/TSE 60 Index	959,00	13.639,64	1.006,76		14.646,40
ETF - Credit Suisse SMI	363,00	26.722,03	563,10		27.285,13
ETF - DAX Index (ComStage)	72,00	6.657,03	344,97		7.002,00
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (France)	97,00	3.017,98	3,57		3.021,55
ETF - DJ Euro Stoxx 50 (Luxembourg)	553,00	17.570,92	158,26		17.729,18
ETF - Dow Jones Industrial Average 30	48,00	6.751,46	312,85		7.064,31
ETF - FTSE 100 Index (iShares-Barclays)	3.300,00	25.746,14	1.927,43		27.673,57
ETF - MSCI Emerging Markets (Deutsche Bank)	460,00	14.329,32	-69,32		14.260,00
ETF - Powershares QQQ Nasdaq 100	82,00	6.837,06	166,63		7.003,69
ETF - S&P 500	84,00	13.710,82	562,51		14.273,33
ETF - Sweden: OMX Index	855,00	13.359,71	483,75		13.843,46
ETF - Tokyo Price Index TOPIX (Japan)	152,00	25.851,78	1.330,38		27.182,16
	7.025,00	174.193,89	6.790,89	0,00	180.984,78
Total	**2.366.025,00**	**2.591.990,10**	**1.384,17**	**19.059,83**	**2.612.434,10**

(em Euros)

NOTA 14 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços reporta-se apenas à comissão de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente, de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

A comissão de gestão de 2014 foi fixada em 2.838.000 euros, valor que traduz uma variação nula face ao registado em 2013.

NOTA 15 FORNECEDORES E SERVIÇOS EXTERNOS

No final dos períodos de 2013 e 2014, a composição desta rubrica era a seguinte:

	31/Dec/14	31/Dec/13
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
Serviços Especializados	729.054,54	673.010,25
Materiais	2.946,11	4.581,82
Energia e Fluídos	24.112,04	33.363,02
Deslocações e Estadas e Transportes	9.860,50	10.660,12
Serviços Diversos	345.763,99	351.630,77
	1.111.737,18	**1.073.245,98**

(em Euros)

Os valores registados em Serviços Especializados representam essencialmente custos associados a contratos de licenciamento de *software* (416.121,05 euros), a contratos de manutenção de *software* (203.248,10 euros), contratos de assistência técnica de *software* e *hardware* (21.295,40 euros), bem como a serviços de consultoria, técnica, jurídica e informática (47.253,57 euros).

A rubrica de Serviços Diversos respeita sobretudo a valores suportados com rendas e alugueres e despesas comuns, no valor de 272.755,44 euros.

NOTA 16 GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31/Dec/14	31/Dec/13
Remunerações do Pessoal	1.260.359,13	1.253.581,06
Encargos com Remunerações	6.717,24	6.680,60
Outros	29.288,44	28.226,42
	1.296.364,81	**1.288.488,08**

(em Euros)

O valor das remunerações corresponde maioritariamente aos montantes reembolsados ao Banco de Portugal, relativos aos encargos liquidados aos colaboradores da Sociedade Gestora, pertencentes aos quadros do Banco e signatários do respetivo acordo de cedência de trabalhadores.

Os outros gastos correspondem, essencialmente, a custos de formação suportados pela Sociedade Gestora.

NOTA 17 AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As perdas e os ganhos provenientes da variação do justo valor dos instrumentos financeiros detidos para negociação encontram-se evidenciados no mapa seguinte:

	31/Dec/14	31/Dec/13
Aumentos/Reduções de Justo Valor		
Perdas por redução do justo valor	-6.121,36	-250,29
Ganhos por aumentos do justo valor	7.505,53	4.937,06
	1.384,17	**4.686,77**

(em Euros)

NOTA 18 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2013 e 2014:

	31/Dec/14	31/Dec/13
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Rendimentos e ganhos em alienações	10.274,90	6.210,63
Correções de exercícios anteriores	1.718,58	2.124,62
Excesso de estimativa de impostos	0,00	207,62
Juros e dividendos obtidos	7.805,86	4,63
Outros	1,41	107,75
	19.800,75	**8.655,25**

(em Euros)

NOTA 19 OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	31/Dec/14	31/Dec/13
OUTROS GASTOS E PERDAS		
Impostos Indirectos	75.872,17	68.699,18
Taxas	65.703,50	8.099,63
Gastos e perdas em alienações	5.976,71	0,00
Correções de exercícios anteriores	2.191,22	1.622,93
Quotizações	8.900,00	9.175,00
Insuficiência na estimativa de impostos	0,00	1.366,63
Multas e Penalidades	0,00	235,00
Taxas e outras despesas financeiras	2.716,43	2.322,62
	161.360,03	**91.520,99**

(em Euros)

Os encargos registados em taxas estão relacionados com a taxa a favor da Autoridade de Supervisão dos Seguros e dos Fundos de Pensões. As referidas taxas incidem sobre as contribuições recebidas pelos Fundos de Pensões, que em 2014, registaram um acréscimo significativo nomeadamente o Fundo de Pensões de Benefício Definido.

NOTA 20 GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização no período de 2014 registou os montantes relativos a gastos com as amortizações e depreciações dos ativos fixos tangíveis e intangíveis de, respetivamente, 62.273,99 euros e 12.512,48 euros.

NOTA 21 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS.

No final dos períodos de 2013 e 2014, a composição destas rubricas era a seguinte:

	31/Dec/14	31/Dec/13
JUROS E GASTOS SIMILARES		
Juros Suportados	-13,93	-2,70
	-13,93	**-2,70**

(em Euros)

Os gastos de financiamento incluem os juros pagos por descobertos pontuais resultantes de operações não liquidadas na data respetiva.

NOTA 22 PARTES RELACIONADAS

A Sociedade Gestora realizou as seguintes transações com entidades relacionadas:

	31/Dec/14	31/Dec/13
GASTOS COM PESSOAL		
Cedência de Pessoal	1.237.016,78	1.228.352,17
SERVIÇOS COM COMISSÃO DE GESTÃO		
Remuneração de Gestão	2.838.000,00	2.838.000,00
RENDAS SUPORTADAS		
Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Benefício Definido	237.749,60	246.016,35

(em Euros)

De acordo com informação prestada na nota 11, em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade Gestora tinha um ativo a receber do Banco de Portugal de 135.052,60 euros, que corresponde ao montante da comissão de gestão, líquida dos encargos com o acordo de cedência de colaboradores, relativa ao mês de dezembro. Este montante foi liquidado pelo Banco de Portugal no início de janeiro de 2015.

Na rubrica "Fornecedores c/c", constante da Nota 11, encontra-se registado o montante 20.136,40 euros, referente à renda, de janeiro de 2015, devida ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Benefício Definido.

NOTA 23 REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, assinala-se que os membros do Conselho de Administração da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. não auferiram qualquer remuneração em 2014.

O órgão de fiscalização da sociedade, constituído por um Fiscal Único, é representado pela KPMG & Associados, SROC, S.A., que auferiu uma remuneração no valor de 11.200. euros, sendo 9.600 euros referentes ao serviço de revisão legal de contas e 1.600 euros para remunerar a realização do relatório do revisor oficial de contas sobre os sistemas de gestão de riscos e controle interno, aos quais acresce IVA a taxa legal em vigor, com referência ao período de 2014.

NOTA 24 GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e de liquidez;

i) O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos através de *exchange traded funds*. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes blocos geográficos;

ii) O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte;

iii) O risco cambial decorre essencialmente da exposição a *exchange traded funds* sobre índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem uma expressividade reduzida;

iv) O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;

v) O risco de liquidez é gerido de forma prudente, através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

Certificação Legal das Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 3.337.414,68 euros e um total de capital próprio de 3.145.042,47 euros, incluindo um resultado líquido de 162.458,44 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Certificação Legal das Contas

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 24 de Março de 2015

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

2

Parecer do Fiscal Único

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;

b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e

c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Parecer do Fiscal Único

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31de Dezembro de 2014;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 24 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)

2